

POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO (PNA): IMPLICAÇÕES NA FORMAÇÃO DAS PROFESSORAS ALFABETIZADORAS

Luciana Ribeiro Leopoldino de Carvalho¹

Milka Helena Carrilho Slavez²

Resumo

A presente discussão de resultados configura-se enquanto parte da pesquisa de mestrado intitulada “As Percepções das Professoras Alfabetizadoras de um município Paulista sobre o Programa Tempo de Aprender”, da linha Linguagem, Educação e Cultura, do Programa de Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, unidade de Paranaíba. Tem-se o intuito de analisar as implicações da Política Nacional de Alfabetização (PNA) na formação de professores alfabetizadores, e como os apontamentos dessa Política Educacional pode impactar na prática pedagógica dos referidos profissionais. Sob esse viés, pretendemos explicitar os principais pressupostos da PNA, buscando elucidar possíveis consequências na formação de professores alfabetizadores, e por conseguinte, na alfabetização dos estudantes brasileiros. A documentação elencada para análise se refere às portarias do MEC, referentes à Política Nacional de Alfabetização. A referida documentação foi consultada de forma online, no site do Ministério da Educação (mec.gov.br). Os documentos analisados concentram-se no período de 2019 a 2021, no qual foi instituído do Programa Tempo de Aprender, na PNA. As considerações provenientes dos estudos de pesquisadores como Gatti (2014), Lawn (2001), e Mortatti (2019), também compõem a construção teórica da pesquisa aqui apresentada.

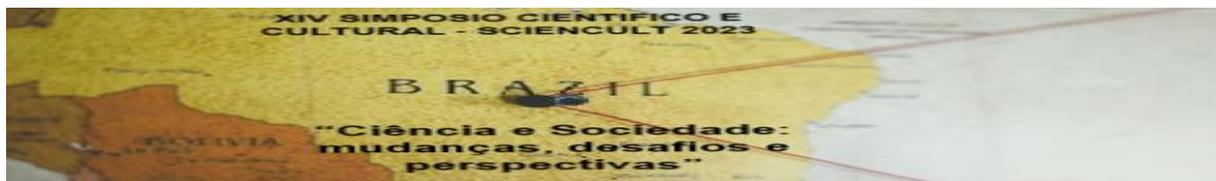
Palavras-chave: Alfabetização; Política Nacional de Alfabetização; Formação de professores alfabetizadores.

Abstract

The present discussion of results is configured as part of the master's research entitled “As Percepções das Professoras Alfabetizadoras de um município Paulista sobre o Programa Tempo de Aprender”, of the Language, Education and Culture line, of the Master's Program in Education of the State University of Mato Grosso do Sul – UEMS, Paranaíba. The aim is to analyze the implications of the National Literacy Policy (PNA). This paper aims to analyze the implications of the National Literacy Policy (PNA) in the training of literacy teachers, and how the notes of this Educational Policy reflect on the pedagogical practice of these professionals. Under this bias, we intend to explain the main assumptions of the PNA, seeking to elucidate possible consequences in the training of literacy teachers, and consequently, in

1 Licenciatura plena Pedagogia, professora da rede municipal de educação de Cosmorama Estado de São Paulo, SP, Aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestranda em Educação PGEDU/UEMS, -Programa Institucional de Bolsa aos alunos de Pós- Graduação –PIBAP/ UEMS.E-mail lucianinhacarvalho1@gmail.com

2 Possui Doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, no Programa Educação: História, Política, Sociedade. É professor adjunto do curso de Pedagogia e Mestrado em Educação na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Paranaíba.



the literacy of Brazilian students. The documentation listed for analysis alludes to the MEC ordinances, referring to the National Literacy Policy. This documentation was consulted online, on the website of the Ministry of Education (mec.gov.br). The documents analyzed focus on the period from 2019 to 2021, in which the Tempo de Aprender Program was instituted in the PNA. The considerations coming from the studies of researchers such as Gatti (2014), Lawn (2001), and Mortatti (2019), also compose the theoretical construction of the research presented.

Key-words: Literacy; National Literacy Policy; Training of literacy teachers.

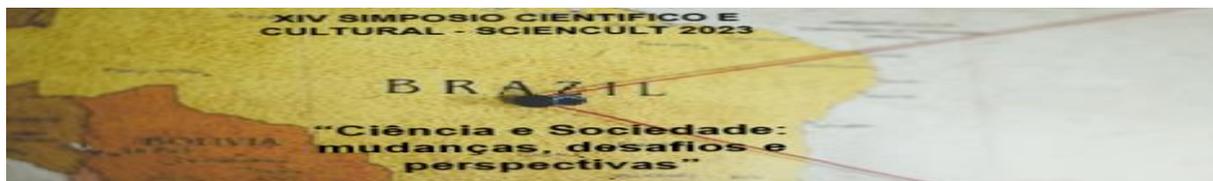
INTRODUÇÃO

O debate em torno do campo da alfabetização não é recente na história da Educação e carrega consigo marcas das disputas que tencionam diferentes ações, entre elas, as Políticas Públicas Educacionais, as quais abrangem a um campo imbricado por conflitos. Nesse contexto, temos a implementação da Política Nacional de Alfabetização promovida por meio de um projeto de 100 dias do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), apresentando atitudes de ações de programas voltados para alfabetização baseada em evidências científicas.

Nesse contexto, com relação à leitura e à escrita, “[...] muitas foram as disputas entre os que consideram portadores de um novo e revolucionário método de alfabetização e aqueles que continuam a defender os métodos considerados antigos e tradicionais” (MORTATTI, 2006, p.3). A partir da acepção de Mortatti (2006), verificamos que as políticas para a alfabetização no Brasil não são estáveis.

Quanto à Política Nacional de Alfabetização (PNA), temos sua instituição pelo Decreto n.º 9.765, de 11 de abril de 2019, tendo, portanto, sua implementação no governo do Presidente da República Jair Messias Bolsonaro (2019-2022). Participaram também da aplicação do decreto, o então Ministro da Educação Abraham Bragança de Vasconcelos Weintraub, em atuação junto à Secretaria de Alfabetização (SEALF), cujo Secretário foi Carlos Francisco de Paula Nadalim.

A partir da PNA, temos ações propostas apresentadas para a formação das professoras alfabetizadoras foi pautada por um meio da plataforma digital AVAMEC 3. Por meio dessa plataforma foram destinados cursos aos professores da Educação Básica e sociedade civil, vinculados à nova política de alfabetização, a saber: “Alfabetização Baseada na Ciência” -



180 horas (2019); “Prática de Produção de Textos” - 120 horas (2019); “Práticas de Alfabetização” - 30 horas. Todos os cursos percorridos integram o “Programa Tempo de Aprender”, anuído em 2019. Nesse contexto, houve também outra implantação no mesmo ano com o Programa de literacia familiar, “Conta Pra mim” (2019), atribuído às famílias brasileiras.

Mortatti (2019) discorre que não são os métodos que alfabetizam, tampouco evidências científicas carregadas de uma falsa neutralidade imparcialidade pedagógica. Não são, ainda, as cartilhas e programas, os responsáveis pela aprendizagem da leitura e escrita da criança.

Diante disso, questiona-se a respeito da Política Nacional de Alfabetização, que está inserida no Programa Tempo de Aprender, que vem trazendo a problemática. Nesse contexto, visa-se analisar quais as possíveis contribuições e/ou entraves na formação das professoras alfabetizadoras.

A portaria n.º 545, de 20 de julho de 2021, institui metas para a definição de conteúdo e cargas horárias necessárias para preparo docente, contendo eixos de formação essencial organizado pela Formação Setorial Docente que consiste na temática Alfabetização baseada em evidências científicas, consciência fonêmica, instrução fonêmica sistêmica aprendendo a ouvir, conhecimento alfabético, fluência em leitura oral, Desenvolvimento de Vocabulário, Compreensão de textos, produção da escrita e avaliação

Embora pretensamente ocultada por evidências científicas, essa questão se manifesta na PNA como uma guinada (ideo)metodológica para trás e pela direita, ou seja, configura-se como um retrocesso e se alinha à outras ações da direita, apreensível no entrecruzamento de ao menos três possibilidades de sentidos relacionados entre si: “[...] ‘querela dos métodos’, ‘guerra dos métodos’/ ‘cruzada ideológica’ e um caso de ‘sciencefare’”. (MORTATTI, 2019b).

A (PNA) coloca como base seu constructo teórico e o seu sucesso na alfabetização em seis pilares: consciência fonêmica; instrução fônica sistemática; vocabulário; fluência em leitura oral; desenvolvimento de vocabulário; compreensão de textos; e produção de texto.

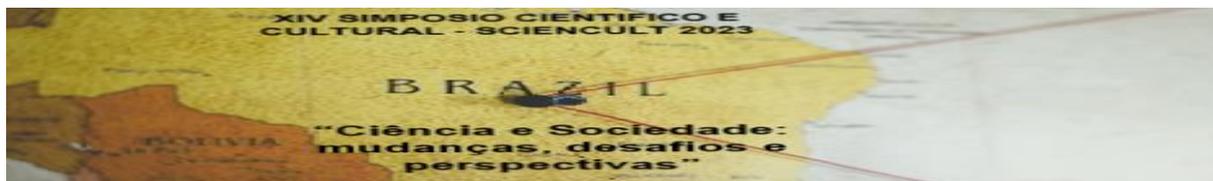
Sobre o caderno da PNA em seu Eixo 1, que é voltado para a Formação continuada de profissionais da Alfabetização em especial o Curso Alfabetização Baseada na Ciência (ABC). (BRASIL, 2021), temos que



I - a) formação continuada para professores alfabetizadores e para professores da educação infantil, conforme arts. 12-A a 27 desta Portaria; b) formação continuada para gestores escolares das redes públicas de ensino, conforme arts. 27-A a 31 desta Portaria; c) programa de intercâmbio para formação continuada de professores alfabetizadores, conforme art. 32 desta Portaria; e d) desenvolvimento profissional cooperativo, conforme art. 32-A desta Portaria. II – Eixo Apoio pedagógico e gerencial para a alfabetização: a) sistemas on-line, recursos digitais e softwares de apoio à alfabetização, à literacia e à numeracia, conforme arts. 32-B a 35 desta Portaria; b) recursos financeiros de custeio para assistentes de alfabetização e outras despesas por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE Alfabetização, conforme arts. 40 a 42 desta Portaria; c) aprimoramento do Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD para educação infantil e 1o e 2o anos do ensino fundamental, conforme art. 46 desta Portaria; e d) atenção individualizada a estudantes e suas famílias, conforme art. 46-A desta Portaria. III - a) aperfeiçoamento das avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb voltadas à alfabetização, conforme art. 47 desta Portaria; b) aplicação de diagnóstico formativo de fluência em leitura, conforme arts. 36 a 39 desta Portaria; c) avaliação de impacto do Programa, conforme arts. 43 a 45 desta Portaria; e d) avaliações formativas para atenção individualizada, conforme art. 47-A desta Portaria. IV - eixo Valorização dos profissionais da alfabetização: a) premiação para professores, diretores, vice-diretores e coordenadores pedagógicos da alfabetização no contexto de ação de reconhecimento educacional, conforme art. 48 desta Portaria; e b) promoção do bem-estar, motivação e engajamento profissional, conforme art. 48-A desta Portaria. Parágrafo único..... IV - Entidades Executoras - EExs, as secretarias municipais, estaduais e distrital de educação; e..... (BRASIL, 2021).

A Resolução n.º15, de 16 de setembro de 2021, dispõe sobre as orientações para o apoio técnico, financeiro, fiscalização e monitoramento na execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), em cumprimento ao disposto na Lei n.º 11.947, de 16 de junho de 2009 e a Resolução no dia 23, de dezembro de 2021, que altera a Resolução CD/FNDE n.º 6, de 20 de abril de 2021, sobre a operacionalização das ações de fornecimento de recursos (PDDE) no âmbito do Programa Tempo de Aprender.

Quanto a formação de professores Gatti (2014, p. 35) afirma “[...] a formação dos professores tem sido um grande desafio para as políticas públicas [...]”. Para a autora, existe uma desproporção entre formação dos professores e o que de fato acontece na realidade nas escolas, perspectiva que se verifica refletida em sala de aula, causando impactos negativos, principalmente no processo de alfabetização.



A PNA impõe um único método de alfabetização baseado em evidências científicas e no método fônico. Em agosto de 2019 foi lançada também a 1ª Conferência Nacional e Alfabetização Baseada em Evidências (Conabe), “[...] com o objetivo de dar voz à ciência e difundir sínteses de evidências científicas e experiências exitosas, nacionais estrangeiras, a fim de fundamentar, no âmbito da alfabetização, da literacia e da numeracia, as novas políticas educacionais no Brasil.” (BRASIL, 2021, s/p).

Neste sentido, no que se refere a Bourdieu (2014, p. 132):

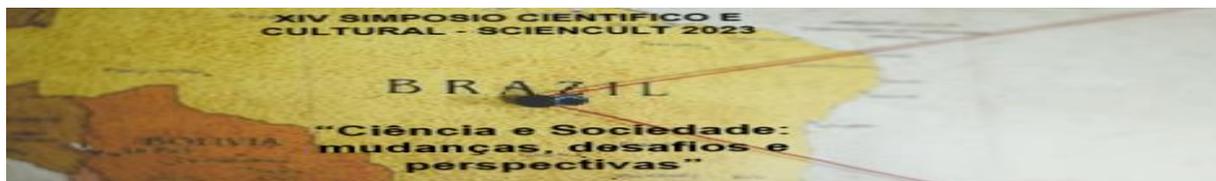
Exigências implícitas do sistema de ensino e a realidade de seu público que se explicam tanto a função conservadora da pedagogia tradicional como não pedagogia quanto aos princípios de uma pedagogia explícita que pode ser objetivamente exigida pelo sistema sem, entretanto, se impor automaticamente na prática dos docentes porque ela exprime a contradição desse sistema e porque contradiz seus princípios fundamentais (BORDIEU, 2014, p. 132)

A partir da perspectiva de Bordieu (2014), compreendemos que se faz necessário considerar as peculiaridades e realidades de cada público, para a obtenção de um ensino-aprendizado que fuja à perspectiva mecânica em sala de aula, promovendo ao docente a sua autonomia no processo de alfabetização.

MATERIAIS E MÉTODOS

Os resultados parciais disposto na presente discussão, são derivadas da pesquisa que se configura de natureza qualitativa. Para sua execução adotamos uma investigação de caráter descritivo e exploratório, envolvendo a obtenção de dados descritivos, provenientes do contato direto do pesquisador com o objeto estudado, (BOGDAN; BIKLEN,1982), que se faz composto pelos documentos relacionados à PNA.

A documentação elencada para análise alude às portarias do MEC, referentes à Política Nacional de Alfabetização. A documentação foi consultada de forma online no site do Ministério da Educação (mec.gov.br). Os documentos analisados concentram-se no período de 2019 a 2021, período no qual foi instituído do Programa Tempo de Aprender, na PNA. As considerações provenientes dos estudos de Gatti (2014), Lawn (2001), e Mortatti (2019), também compõem a construção teórica da presente pesquisa.



A leitura e análise desse material corrobora a construção de uma perspectiva crítica acerca das projeções da PNA na esfera docente pedagógica, no que tange à formação continuada e ao processo de atuação do professor alfabetizador.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No presente estudo, a partir da análise documental referente às portarias dos MEC voltadas à PNA, pode-se perceber que o plano, mediante a sua organização estrutural e ideológica, apresenta projeções que podem afetar a atuação do professor alfabetizador, uma vez que pode comprometer sua identidade e autonomia em seu processo docente.

Nesse sentido, ainda que a PNA seja entendida como política pública educacional brasileira chancelada pelo seu dispositivo legal, verificam-se intrínsecas a ela o desenvolvimento de uma proposta pedagógica que afeta a autonomia docente, uma vez que estabelece parâmetros de ensino que não podem não se adequar integralmente à realidade dos discentes que constituem o público-alvo da PNA.

Outro dado importante relacionado à execução da presente pesquisa, refere-se à escassez de pesquisas que abordam a temática configurada como foco da presente abordagem, uma vez que não foram encontradas quantidades relevantes de estudos quanto aos reflexos da implementação da PNA para professores e discentes, em plataformas como *Google Acadêmico* e *SciELO*, o que ratifica a necessidade de pesquisas exploratórias que analisem as projeções da PNA no contexto docente dos professores alfabetizadores e seus desdobramentos na esfera ensino-aprendizagem.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, F.I; PIATTI, C.B. Política Nacional de Alfabetização (PNA): implicações na formação do professor dos anos iniciais do ensino fundamental. **Revista Educação e Políticas em Debate** - v.10, n.2, p.648-664, mai./ago. 2021 – ISSN2238-8346

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **PNA: Política Nacional de Alfabetização**. Brasília: MEC, SEALF, 2019.

GATTI, Bernadete. A formação inicial de professores para Educação Básica: pesquisa e políticas educacionais. **Revista Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v.25, n. 100, 2014.



GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**.4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. (Temas básicos de educação e ensino). São Paulo:EPU,1986.

MORTATTI, M.R.L. BRASIL, 2019: notas sobre a “Política nacional de Alfabetização”. In: **Revista Olhares**. Guarulhos.v.7, n. 3 novembro,2019. 35 p. ISSN 2317-7853.

MORTATTI, M.do R. L. A. “Política Nacional de Alfabetização” (Brasil, 2019): uma “guinada” (ideo)metodológica pra trás e pela direita. **Revista Brasileira de Alfabetização (ABALF)**. Belo Horizonte-MG.v.1. n.10 jul /dez. 2019. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/index.html.index.phprabalf/articl/vew/348>. Acesso em 29 abr.2023.DOI: <https://doi.org/10.1590/1983-21172019210102>